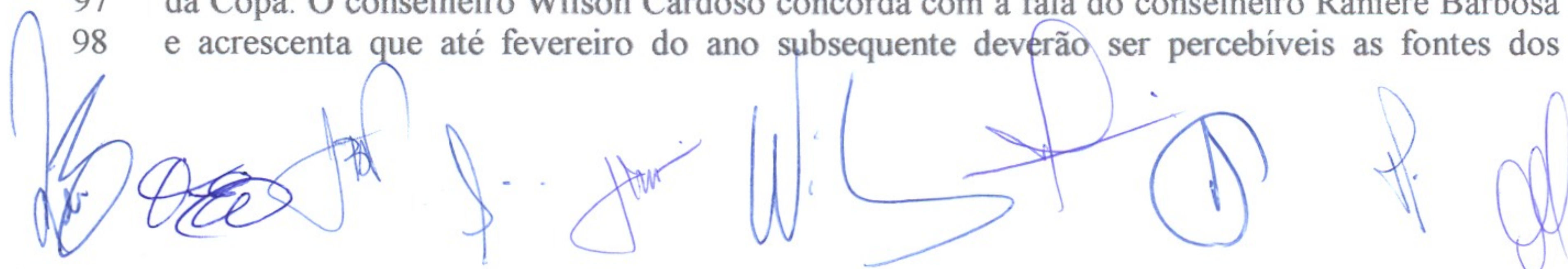


ATA REFERENTE À 163ª REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE
PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE –
CONPLAM.

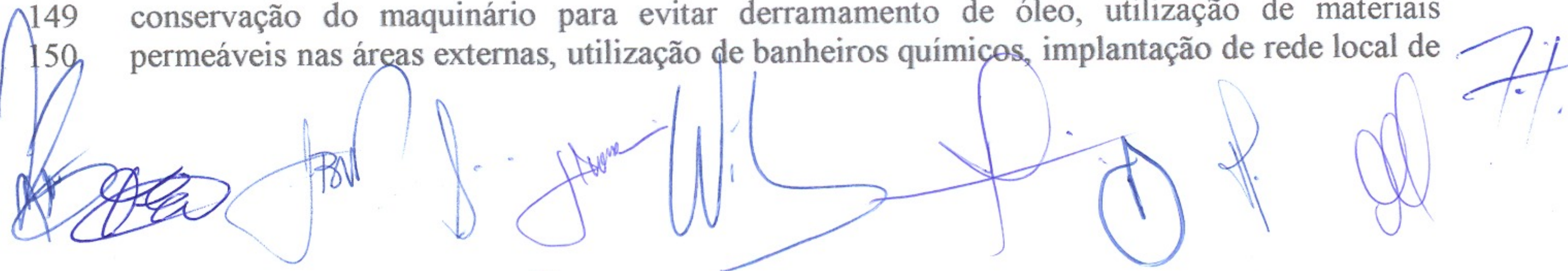
1 Aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e nove as nove horas e trinta minutos,
2 reuniu-se no auditório do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio
3 Grande do Norte - CREA/RN, na Avenida Senador Salgado Filho, 1840 - Lagoa Nova, o
4 Conselho Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente - CONPLAM, na 163ª
5 Reunião Extraordinária do colegiado, sob a presidência do Vice Presidente Fabrício de Paula
6 Leitão. Presentes os conselheiros: José Bonifácio da Silva Neto, titular e Raimundo Nonato
7 Mota suplente da Aeronáutica, Francisco Assuero Bezerra de França, titular da Associação
8 dos Geólogos do Rio Grande do Norte – AGERN, Raniere de Medeiros Barbosa, titular da
9 Câmara Municipal, Wilson Luiz Cardoso, titular do clube de Engenharia, Edson Massayuki
10 Hiroshi, titular do Exército, Dayvson Marques de Moura, titular, e José Vicente de Assis,
11 suplente, da Federação dos Conselhos Comunitários/Entidades Beneficentes do Rio Grande
12 do Norte – FECEB, Ronald Gurgel, titular da Federação do Comércio – FECOMERCIO, Aldo
13 Medeiros Junior, suplente do Governo do Estado, Néio Lúcio Archanjo, titular do Instituto de
14 Arquitetos do Brasil – IAB, Davi Queiroz de Medeiros, titular e Francisca Elionete de Lima
15 Rodrigues, suplente do Sindicato dos Economistas do Rio Grande do Norte, Fabrício de Paula
16 Leitão, titular e Maria Cristina de Moraes, suplente da Universidade Federal do Rio Grande do
17 Norte - UFRN. O presidente Fabrício de Paula Leitão dá início à reunião procedendo à leitura
18 dos assuntos em pauta os quais consistem em esclarecimentos sobre a temática da Copa do
19 Mundo de 2014. O primeiro tema a ser discutido consiste no ajuste do projeto arquitetônico e
20 parcelamento do solo com os comentários do arquiteto Felipe Bezerra. Antes da fala do
21 arquiteto, o conselheiro Assuero de França lembra que deve ser discutido se os conselheiros
22 querem ou não que a copa se dê em Natal para que se possa dar prosseguimento à reunião. A
23 conselheira Cristina de Moraes coloca que a sua questão de ordem é da mesa seguir a pauta.
24 Diz ao conselheiro Assuero que sua fala foi inoportuna. Ela intimida. Não gostou da forma
25 como o assunto foi levantado que, inclusive é interno. O que se vai discutir na reunião não se
26 vaia ou não haver a copa 2014 em Natal, e sim, a questão do empreendimento no local e suas
27 implicações.. Felipe Bezerra passa á análise das plantas de situação do projeto para explicar a
28 forma de parcelamento do solo, o qual se compõe de quatro quadras. A primeira, que está
29 sendo analisada em termos arquitetônicos, diz respeito ao Estádio das Dunas. As demais serão
30 tratadas apenas para fins de parcelamento do solo. Os recursos incorporados pela venda das
31 parcelas do solo serão destinados à construção do estádio. As compras serão financiadas com
32 recursos do BNDS para pagamento parcelado em 10 anos devendo o comprador oferecer
33 garantia real que certifique o pagamento. Felipe passa à exposição do projeto da planta do
34 estádio informando que este encontra se dentro de todos os padrões e normas exigíveis seja
35 em termos de segurança, de acessibilidade, dentre outros. Aberta a discussão, o conselheiro
36 Aldo Medeiros pergunta quanto ao número de glebas a serem leiloadas. Felipe responde que
37 ao todo serão 20 glebas leiloadas de um total de 26 glebas disponibilizadas nas quais se
38 inserem o estádio e os Centros Administrativos, Estadual e Municipal, explica ainda que a
39 obra do estádio será orçada em 300 milhões de reais. A conselheira Cristina Moraes acha muito
40 importante a apresentação do arquiteto Felipe Bezerra, uma vez que ele colocou os elementos
41 reais do complexo, pois desde que veio a questão do estudo de impacto ambiental a questão
42 foi separada. É importante os conselheiros terem a compreensão do que é todo o complexo,
43 pois vai dar o limite dos elementos técnicos que referenciam os temas para avaliação. Felipe
44 informa que tal projeto visa implementar soluções para problemáticas de ampla parte da
45 cidade. Ademais afirma que os estudos realizados devem ser pautados apenas nos projetos já
46 existentes uma vez que os que dependerem de licitação apenas poderão ser apreciados quanto

1

47 aos impactos posteriormente a sua elaboração. O conselheiro Dayvson de Moura questiona
48 sobre em que consistiria a garantia real sugerida. Felipe responde definindo o conceito de
49 garantia real enquanto qualquer patrimônio com valor equivalente ao da gleba adquirida. O
50 conselheiro Aldo Medeiros questiona sobre a disposição das vagas de estacionamento. Felipe
51 diz que as vagas de estacionamento do estádio estarão inseridas na área destinada ao mesmo,
52 contudo, em virtude da solicitação feita pela FIFA de 7.500 vagas, estas serão distribuídas ao
53 longo do complexo e demais áreas públicas circunvizinhas. O presidente agradece os
54 esclarecimentos de Felipe Bezerra e transfere a temática ao assunto da drenagem da área
55 transferindo a palavra para Vital Gorgônio, engenheiro da SEMOV para que efetue os devidos
56 comentários. Vital afirma que o Governo Federal não disponibilizará recursos para a obra do
57 estádio, contudo, nada impedirá a destinação de verbas para obras de infra-estrutura. Informa
58 que existem diversas propostas para a resolução da questão e que nos estudos para a
59 elaboração do plano de drenagem de Natal foram constatados 123 pontos críticos no decorrer
60 da cidade. Relembra o questionamento do conselheiro Néio Archanjo na reunião anterior
61 acerca do possível afloramento do lençol na área do complexo das dunas e, embora não
62 tenham se pronunciado à época na presente reunião vem a concordar com a afirmativa e, para
63 resolver esta questão, elenca a proposta do bombeamento dos sete poços pertencentes à
64 CAERN que existem na região responsáveis pelo abastecimento de 20% da cidade e por um
65 sistema de bombeamento pertencente ao governo do estado localizado na av. Antônio Basílio.
66 Esta, porém, não possui a capacidade de suporte comprometida em virtude da grande demanda
67 já existente. Contudo, afirma que, caso a proposta eleita for o aumento do número de bombas,
68 aumentando consequentemente o fluxo de captação, a SEMOV se manifestará
69 terminantemente contra. Passa, pois, à apresentação da alternativa eleita como mais viável
70 através da exposição de uma planta. Identifica como pontos críticos a lagoa dos Potiguares, a
71 lagoa dos Preás, outro na Rua José Gonçalves, Lagoa Nova; em direção ao Centro
72 Administrativo encontram-se como pontos críticos: o viaduto do quarto centenário, ruas Min.
73 Macedo Soares, rua Paulo Lira, na Mor Gouveia, dentre outros. Estudando estes locais
74 críticos, o Plano Diretor foi elaborado sugerindo a construção de galeria profunda com 17
75 metros de profundidade direcionada ao Rio Potengi, que funcione através do poder de
76 gravidade, dispensando desta forma a utilização de bombas e consequentemente
77 economizando em eletricidade. Para isso deveria ser feita uma adaptação das galerias já
78 existentes interligando-as à galeria profunda. Afirma a necessidade da implantação deste
79 projeto para a viabilização do projeto da arena das dunas e que esta solução é para a cidade de
80 Natal e não exclusivamente para o estádio, abrangendo toda a zona Oeste do município.
81 Aberto aos questionamentos, o conselheiro Wilson Cardoso questiona sobre os custos para a
82 concretização do Plano Diretor de drenagem – PDD. A este ponto Vital Gorgônio reponde que
83 o custo total (para toda a cidade) estaria orçado em 450 milhões de reais e o custo da parte
84 referente à galeria profunda seria orçado em 120 milhões. O conselheiro Assuero de França
85 questiona se este projeto já foi apresentado para a equipe elaboradora do projeto da copa e
86 sobre a destinação de recursos para esta empreitada uma vez que a cidade de Natal não foi
87 contemplada pelo PAC. A este ponto Vital Gorgônio responde que a SEMOV remeteu esta
88 proposta aos elaboradores do projeto da copa os quais o absorveu como solução. A respeito
89 das verbas informa que a SEMOV participou de discussão no CREA/RN sobre esta temática e
90 o Secretário do Estado Fernando Fernandes informou que existe o PAC Copa do Mundo e que
91 Kalazans Bezerra afirmou a existência um PROBETUR da Copa e a não destinação original
92 de recursos seria em decorrência do não envio de solicitação em virtude da inexistência de
93 projeto à época e informa que este projeto foi levado à discussão que se realizará no Rio de
94 Janeiro. O conselheiro Raniere Barbosa informa que este ano dos 04 bilhões de reais
95 destinados aos PDDs nenhuma quantia adveio para Natal em virtude da falta de articulação
96 política então questiona sobre os critérios para a alocação da verba de 15 bilhões para o PAC
97 da Copa. O conselheiro Wilson Cardoso concorda com a fala do conselheiro Raniere Barbosa
98 e acrescenta que até fevereiro do ano subsequente deverão ser percebíveis as fontes dos




99 recursos necessários sob pena de inviabilizar o projeto. O presidente afirma a necessidade da
100 presença do Secretário Fernando Fernandes para que este elucide muitos questionamentos e
101 informa que o mesmo confirmou o seu comparecimento na reunião subsequente. O
102 conselheiro Wilson Cardoso relembra que na reunião anterior questionou-se a solução
103 jurídico-econômica para o projeto o que necessitaria da presença de Fernando Fernandes para
104 o seu esclarecimento. Por fim, Vital Gorgônio afirma que o PDD encontra-se 88% realizado e
105 que a sua concretização se dará em aproximadamente dois meses. Passando para a temática do
106 esgotamento sanitário, sob o comentário de João Abner Guimarães Júnior, engenheiro civil. João
107 inicia delimitando o objeto de análise do estudo de impacto ambiental bem como a
108 metodologia por ele adotada e informa que o mesmo contemplou todos os pontos exigidos
109 pelo contratante, evitando-se tratar de temas que, embora pertinentes, não constaram do termo
110 de referência da contratação do estudo. Passa então a expor as áreas de infiltração do fluxo
111 pluviométrico da localidade do empreendimento e sugere a realização de um suporte
112 adequado à captação das águas, a ampliação das lagoas de captação. Wilson Cardoso afirma
113 que o presente estudo careceu de esclarecimentos sobre as questões mitigatórias e que
114 qualquer solução apresentada deve ser para a área toda e não exclusivamente para o estádio.
115 Solicita também o pronunciamento de algum representante da SEMURB acerca do
116 posicionamento desta secretaria quanto à aceitação do projeto de captação de efluentes
117 realizado pela SEMOV enquanto medida mitigadora. Quanto ao primeiro ponto João Abner
118 afirma quanto a incapacidade de se estabelecer padrões de impacto ambientais para
119 empreendimentos que ainda não foram projetados, razão pela qual, para esta fase apenas
120 poderia ser feito o estudo do impacto do estádio e estacionamentos. Para o segundo ponto, o
121 secretário Adjunto da SEMURB, Daniel Nicolau, afirma que um dos condicionantes para a
122 realização do empreendimento consiste na resolução da questão de drenagem. Afirma ainda
123 que é sabido que em termos de gestão já encontram-se indicativos de que haverá verba para a
124 realização deste serviço. O presidente afirma que, em decorrência do tempo, deverá dar
125 prosseguimento aos assuntos de pauta, e lembra que qualquer esclarecimento mais
126 aprofundado poderá ser solvido pelos relatores do processo na reunião da terça-feira. A
127 palavra é repassada para Aldo Tinoco a palavra para que este exponha a questão do
128 esgotamento sanitário. Tinoco defende o sistema unitário de escoamento através de sistemas
129 elevatórios que transferem os resíduos até um local no qual será efetuado o respectivo
130 tratamento. Sobre a temática das medidas mitigadoras e compensatórias se pronuncia Sérgio
131 Pinheiro se pronuncia indicando como medidas de mitigação na fase de implantação, que
132 possui caráter transitório e reversível, dividem-se em físicas, antrópicas e bióticas. No
133 primeiro caso serão construídas barreiras de proteção impedindo a visualização da área da
134 obra, a manutenção de maquinário com vista a inibição da liberação de gases poluentes,
135 respeito às obras de prevenção e controle de ruídos, a sinalização adequada de trânsito e
136 controle de horário de tráfego, a realização do plano de imploração da área com licenciamento
137 específico (no caso de utilização de explosivos) e a criação do plano e contingente e reversão
138 de risco (no caso de adotada a solução tecnológica de imploração da obra), a construção de
139 novos postos voltados para o abastecimento de Natal. No meio biótico: salvamento de
140 espécies encontradas na localidade, a manutenção de áreas vegetadas existentes, a implantação
141 da nova proposta de arborização da área. No meio antrópico: demarcação e isolamento
142 adequado das áreas de influência direta, utilização preferencial de mão de obra local no
143 período de implementação do projeto, adotar programas de incentivo às empresas que atuam
144 no setor de comércio e serviços para o melhor aproveitamento do momento da copa, aplicação
145 dos planos urbanísticos previstos no Plano diretor de Natal e Estatuto da Cidade. Na fase de
146 implantação propriamente dita (estádio e estacionamento), que possui aspecto permanente,
147 serão ponderadas como medidas de mitigação: seguir a legislação de trânsito no que tange aos
148 horários de transporte de veículos pesados, na instalação de redutores de velocidade,
149 conservação do maquinário para evitar derramamento de óleo, utilização de materiais
150 permeáveis nas áreas externas, utilização de banheiros químicos, implantação de rede local de



151 esgotamento sanitário, ampliação do sistema de bombeamento da região, manutenção do
152 sistema operacional do controle de esgoto, a adoção do plano de gerenciamento de resíduos
153 sólidos e as obras de prevenção e controle de emissão de ruídos, a adoção de técnicas de
154 contenção do processo erosivo, além das propostas já elencadas para o momento anterior,
155 controle da utilização de agrotóxicos mediante a utilização de receituário agrônômico e
156 controla na utilização de fertilizantes químicos. Por fim, na fase de finalização da construção,
157 sugere a remoção de todos os equipamentos e a redução do número de trabalhadores, o que
158 reduzirá o tráfego no local, oportunizará a implantação do projeto paisagístico e a mitigação
159 dos possíveis impactos que ainda persistam no local através dos seguintes termos: no meio
160 físico, a remoção dos resíduos provenientes da obra e a sua destinação conforme o plano de
161 destinação de resíduos sólidos, no meio biótico a adoção de medidas que priorizem espécies
162 nativas no projeto paisagístico, busca de alternativas para a utilização de agrotóxicos no
163 controle de pragas objetivando a minimização do impacto dele decorrente, no antrópico a
164 busca da capacitação da população local com vista à contratação de mão de obra especializada
165 para trabalhar no empreendimento como medida fortalecedora da geração de emprego. E na
166 fase de utilização da estrutura edificada devem ser observados a utilização de fontes
167 alternativas de energia, manutenção da estrutura para o prolongamento da sua vida útil,
168 adoção do sistema de reuso da água servida para outras finalidades (tais como rega de
169 gramado, jardins, piso e áreas externas), manutenção periódica do sistema de esgotamento
170 sanitário e drenagem, manutenção periódica de hidráulicos, coleta de resíduos, ampliação da
171 sinalização de trânsito com o reordenamento da malha viária em torno do estádio; no meio
172 biótico o correto manejo de agrotóxicos, a manutenção dos jardins e o respeito à legislação
173 ambiental pertinente; no meio antrópico a continuidade das medidas já elencadas
174 anteriormente. A conselheira Cristina de Moraes questiona quanto às medidas de mitigação
175 para exercer controle sobre a especulação imobiliária na área e entorno, a não ser que se
176 desconheça que o que vai dar sustentação financeira para a construção do Estádio das Dunas,
177 é o maior complexo, o maior investimento imobiliário já acontecido em Natal no setor do
178 mercado imobiliário. Se isso acontecer, isso é um processo irreversível e não há Plano Diretor
179 que seja capaz de combater e controlar essa especulação. O Complexo das Dunas faz parte de
180 uma iniciativa especulativa-imobiliária, com capital estrangeiro. Esse é um dos maiores
181 questionamentos que tenho, pelas questões ambientais, urbanística, do Machadão, do entorno
182 e, que gera especulação imobiliária. A este ponto Sérgio Pinheiro afirma que a fiscalização
183 deste ponto cabe a cada um, contudo o poder público não pode se furtar a tomar iniciativas no
184 controle destes impactos. O conselheiro Wilson Cardoso pergunta sobre a área tomada como
185 referência para a estipulação das 7.500 vagas de estacionamento. Sérgio Pinheiro responde
186 que a este ponto já foi negociada com a FIFA a destinação de áreas públicas como alternativas
187 para a utilização nos dias da Copa, conforme contemplado no RITTUR. O conselheiro
188 Raniere Barbosa informa que no protocolo de intenções entre a FIFA e a Prefeitura do Natal
189 foi sugerida a utilização de mão-de-obra especialidade local, o que obteve a negativa da FIFA
190 que arrogou para si a iniciativa de indicar a mão-de-obra especializada a ser empregada e por
191 tal razão questiona sobre a priorização de pessoal local alagado enquanto medida mitigatória.
192 Sérgio Pinheiro afirma desconhecer este fato e por ser um impedimento legal não se tem o que
193 discutir. Sérgio Pinheiro passa à apresentação do plano de destinação dos resíduos sólidos da
194 construção civil. Afirma que o projeto se divide em duas etapas. Em primeiro lugar a
195 demolição do atualmente existente, e em fase posterior a construção do projeto. Afirma ainda
196 que tais resíduos deverão ser reciclados ou reutilizados, neste último caso prioritariamente nas
197 edificações no mesmo local. Os demais resíduos serão depositados em locais devidamente
198 licenciados para tal. O conselheiro Assuero de França questiona sobre a resolução da
199 problemática do nitrato, este evidenciado no lençol freático da região. A este ponto Sérgio
200 Pinheiro responde que tal problema decorre da falta de esgotamento do entorno e será
201 resolvido a partir da implantação do plano de esgotamento sanitário da região. O conselheiro
202 Dayvson de Moura questiona sobre a solução para a redução do impacto das partículas sólidas

203 provenientes da implosão do estádio e aproveita para solicitar cópia das respectivas licenças
204 ambientais das áreas de destino dos resíduos para constatar a legalidade do feito. A este ponto
205 Sérgio afirma que inexistente em Natal área que possua esta licença sendo apontados no presente
206 estudo pontos que devem ser exigidos no estudo de licença prévia para a definição da área e
207 obtenção da devida licença e no tocante à área do "Guagiru" informa a existência de acordo de
208 utilização entre a Prefeitura e o Ministério Público e acrescenta a possibilidade de destinação
209 para municípios vizinhos de parte dos detritos. O representante do Ministério Público toma a
210 palavra para esclarecer que o IDEMA recentemente forneceu a autorização para a utilização
211 desta área. O conselheiro Dayvson de Moura retoma a palavra para solicitar o envio de
212 requerimento de cópia da referida autorização ao IDEMA. Quanto às partículas de resíduos
213 sólidos Leonardo Tinoco aponta a colocação de barreiras de contenção de forma a impedir a
214 propagação destes. A conselheira Cristina de Moraes questiona sobre a realização de acordo
215 com os municípios vizinhos para a destinação destes resíduos. Pinheiro afirma que, como o
216 objetivo do estudo relatado consistiu na simples enumeração de áreas propensas a acolher os
217 resíduos não o incumbindo qualquer questão relativa aos seus respectivos licenciamentos.
218 Leonardo Tinoco informa que o momento mais propício à realização de discussões sobre a
219 demolição consiste na época do licenciamento de instalação pois nessa fase é que serão
220 levantados os principais pontos e problemáticas relativos a este tema bem como os
221 mecanismos tecnológicos mais adequados a sua resolução. Concluída esta discussão passa-se
222 à temática do RITTUR a representante afirma que, para atender ao número de vagas exigido
223 pela FIFA o relatório aponta um conjunto de áreas circunvizinhas que poderão ser utilizados
224 durante o período da copa dentre os quais os estacionamento do Campus da UFRN, isto
225 associado a uma infra-estrutura de transporte para o deslocamento dos torcedores ao estádio.
226 Informa também está sendo viabilizado um estudo para a reestruturação do sistema viário de
227 Natal com a redistribuição de linhas e com a alteração da logística tarifária. A conselheira
228 Cristina de Moraes ressalva que o Campus da UFRN, a depender da data da realização do
229 evento se encontrará em plena atividade limitando a sua capacidade em atender à demanda da
230 Copa. O mesmo ocorrerá posteriormente, uma vez que na apresentação foi colocado que os
231 bolsões não se restringem à copa, dando como exemplo a realização de jogos noturnos à noite,
232 horário que há atividades no Campus. Atualmente, problemas de vagas o que tende a se
233 agravar com a expansão de cursos e do número de alunos. O conselheiro Wilson Cardoso
234 afirma que a apresentação do RITTUR careceu de informações necessárias ao conhecimento
235 do CONPLAM e solicita na reunião subsequente uma exposição mais aprofundada. Os
236 conselheiros co-relatores do processo da Copa marcam reunião para o dia seguinte de forma
237 às 9h no auditório da SEMURB e convidam os demais conselheiros que queiram presenciar.
238 Concluídos os trabalhos o Presidente agradeceu a presença de todos, lembrando a data da
239 próxima Reunião Ordinária 188ª do dia 25 de agosto e nada mais havendo a declarar o senhor
240 Kalazans Louzá Bezerra da Silva, deu por encerrada a Reunião Extraordinária 163ª e para
241 constar eu, Teresa Neumann Miranda de Andrade, Secretária Executiva do Colegiado, lavrei a
242 presente ata que lida e aprovada vai assinada por mim e pelos presentes, em 29 de setembro de
243 2009.


Teresa Neumann Miranda de Andrade
Secretária Executiva


Fabrício de Paula Leitão
Presidente


PRESENTES:



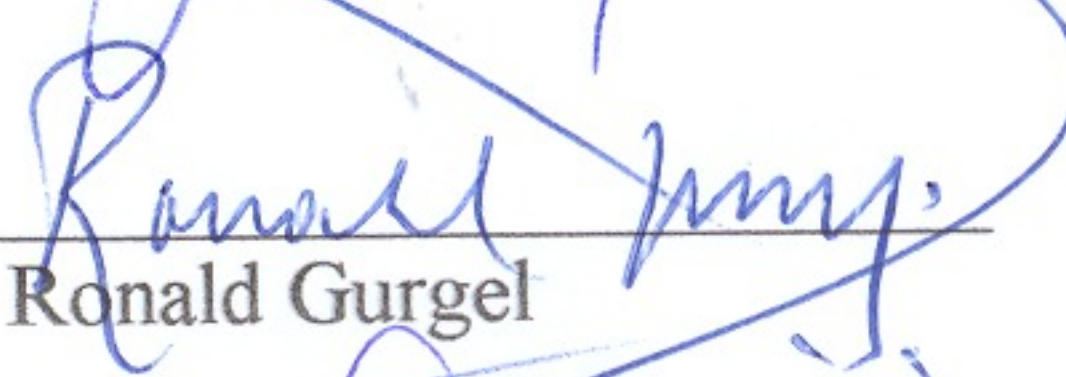




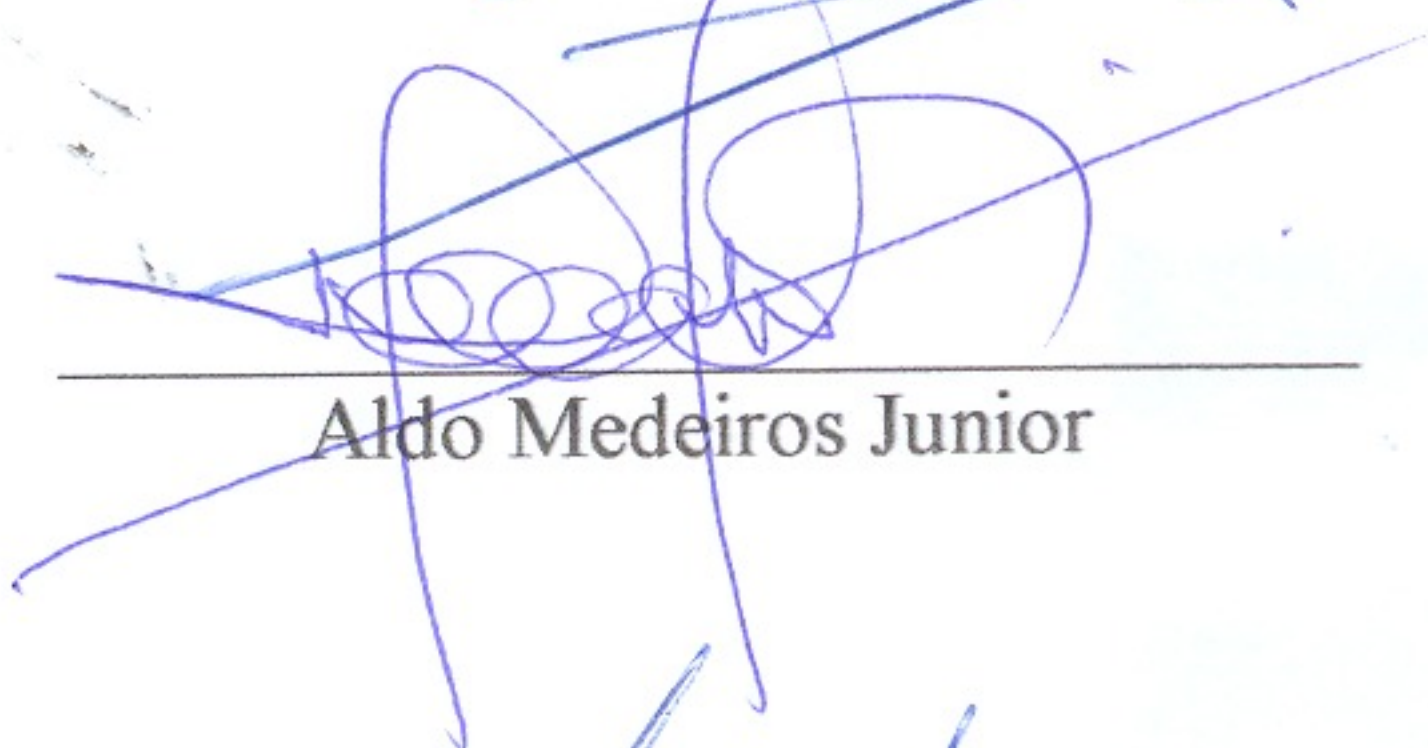





Francisco Assuero B. de França



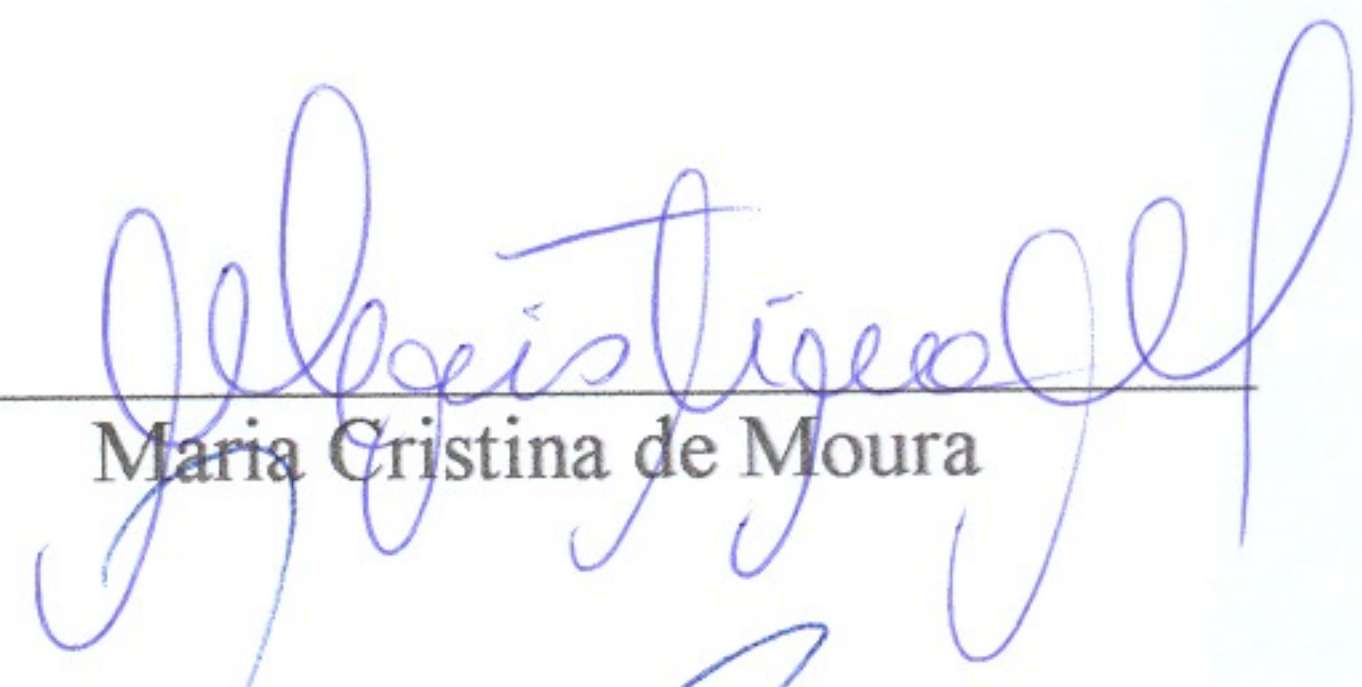
Ronald Gurgel



Aldo Medeiros Junior



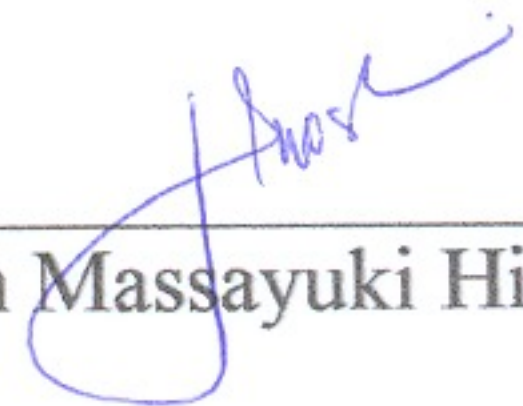
Davi Queiroz de Medeiros



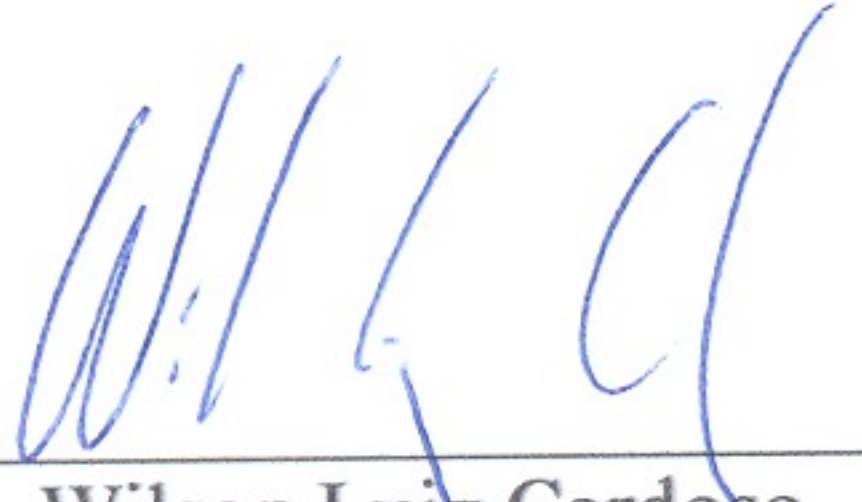
Maria Cristina de Moura



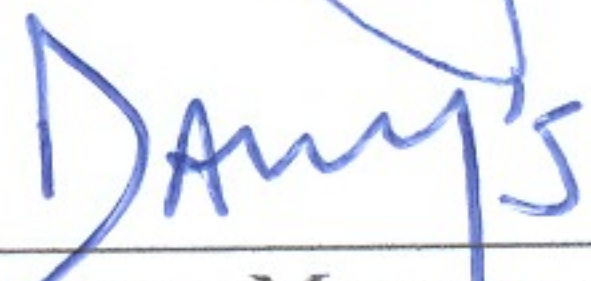
Raniere de Medeiros Barbosa



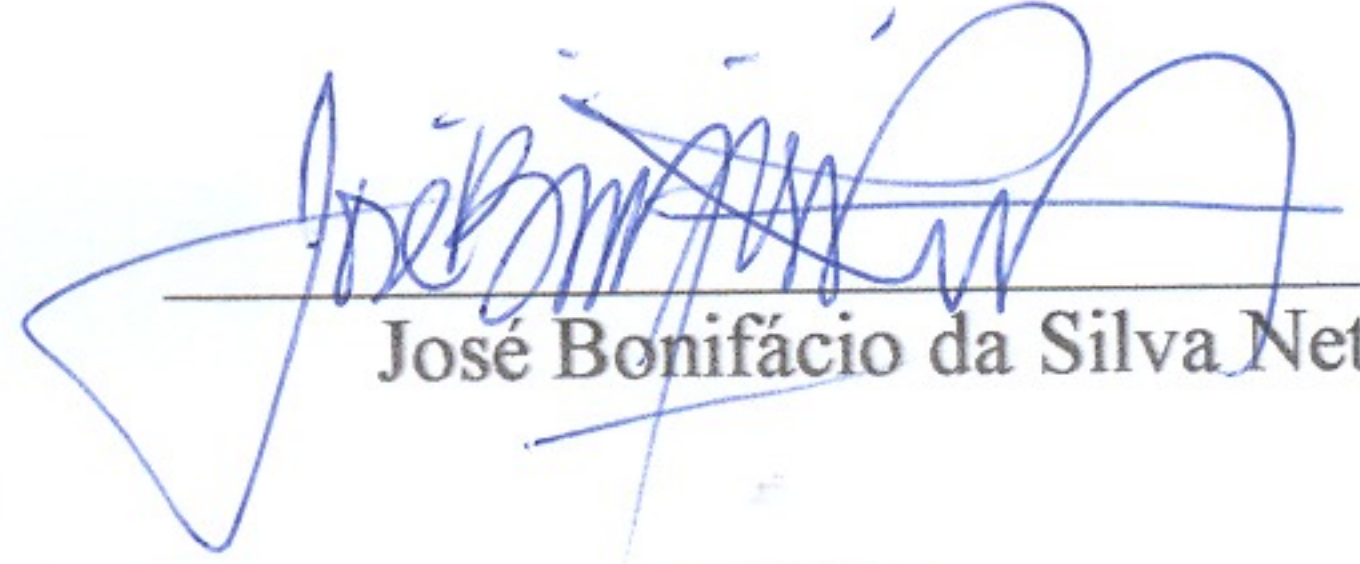
Edson Massayuki Hiroshi



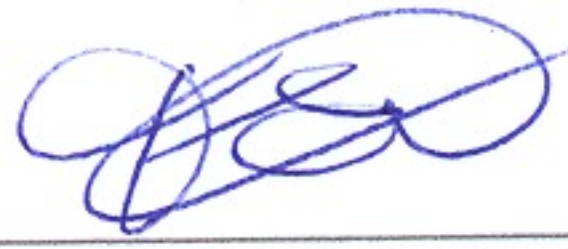
Wilson Luiz Cardoso



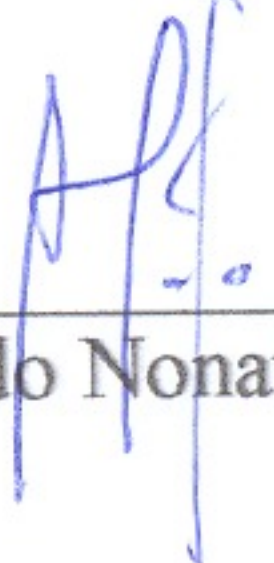
Dayvson Marques de Moura



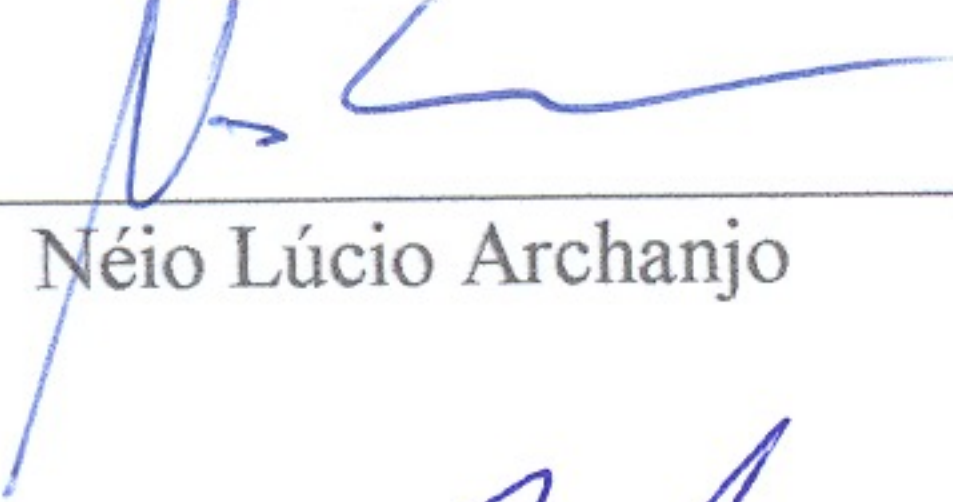
José Bonifácio da Silva Neto



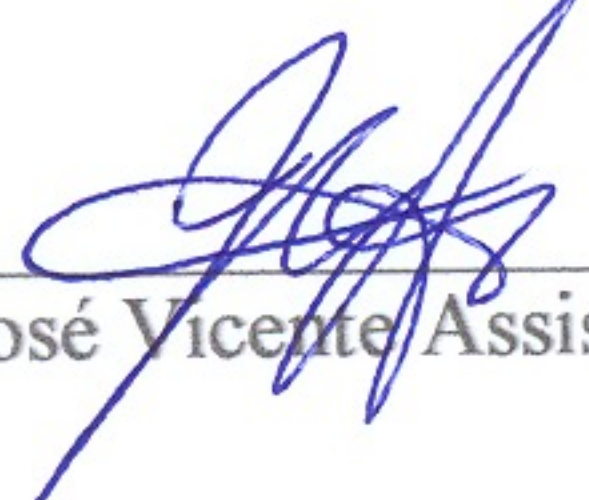
Francisca Elionete de L. Rodrigue



Raimundo Nonato Mota



Néio Lúcio Archanjo



José Vicente Assis